

Futuro Ministro da Justiça afirma que aceitou convite porque durante os quatro anos que ficou à frente da Lava Jato temeu retrocessos no combate à corrupção

O futuro ministro da Justiça do governo Bolsonaro, o juiz Sérgio Moro, deu entrevista a imprensa nesta terça-feira (06). Moro ressaltou que vai trabalhar para aprovar no Congresso, pautas anticorrupção já nos primeiros seis meses de governo.

O juiz citou como exemplo as dez medidas de combate à corrupção que ficaram paradas no Congresso. Citou também que pretende propor a alteração nas regras de prescrição de pena, deixar mais claro na legislação a execução da pena após condenação em segunda instância, propor a proibição da progressão de pena em casos de pessoas que mantenham relações com crime organizado; além de usar forças-tarefas, como a Lava Jato, para combater a criminalidade.

Moro disse que conheceu o presidente eleito no dia 1º de novembro, quando aceitou o convite para ser ministro, mas admitiu que foi procurado pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, antes do 2º turno, no dia 23 de outubro. Guedes lhe ofereceu a participação no governo. Segundo o juiz da Lava Jato, ele respondeu que só poderia negociar essa participação após a eleição.

Sérgio Moro explicou ainda que aceitou o convite porque durante os quatro anos que ficou à frente da Lava Jato temeu retrocessos no combate à corrupção. Ele explicou que ocupar o ministério da Justiça, neste momento, poderia fortalecer a agenda anticorrupção.

Moro também comentou que considera Bolsonaro uma pessoa moderada e ponderada e que, ao conversar com ele, viu mais convergências do que divergências e que os temores em relação aos direitos de minorias seriam infundados.

Um dos temas caros ao futuro presidente, a flexibilização da posse de armas, segundo Moro, pode servir para as organizações criminosas aumentarem seu arsenal. E isso tem que ser bem discutido, afirmou o juiz federal. Ele também se mostrou contrário à proposta de classificar como terroristas movimentos que causem danos a terceiros, com ocupações de terras ou depredação de bens, dizendo que isso não seria consistente.

O futuro ministro da Justiça também rebateu as acusações de que o cargo seria um prêmio por ele ter condenado o ex-presidente Lula. Segundo Moro, Lula foi condenado por cometer um crime e a decisão foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça. Para Moro, esse argumento é uma fantasia de um álibi falso e que ele não poderia pautar sua vida por isso.

O juiz federal ressaltou que nem o Ministério da Justiça e nem a Polícia Federal serão usados para perseguição política.

Sérgio Moro entrou de férias nesta segunda-feira (05) e deve usar esses dias para fazer a transição do governo. Ele viaja para Brasília nesta quarta-feira (07) para se encontrar com o ministro Raul Jungmann, da Segurança Pública.

Fonte: [EBC](#), em 07.11.2018.